



OBANCARIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 9192 | Salvador, quarta-feira, 22.10.2025

Presidente em exercício Elder Perez

Doação de sangue e luta na Caixa

Página 2

Construções na orla de Salvador precisam de estudo

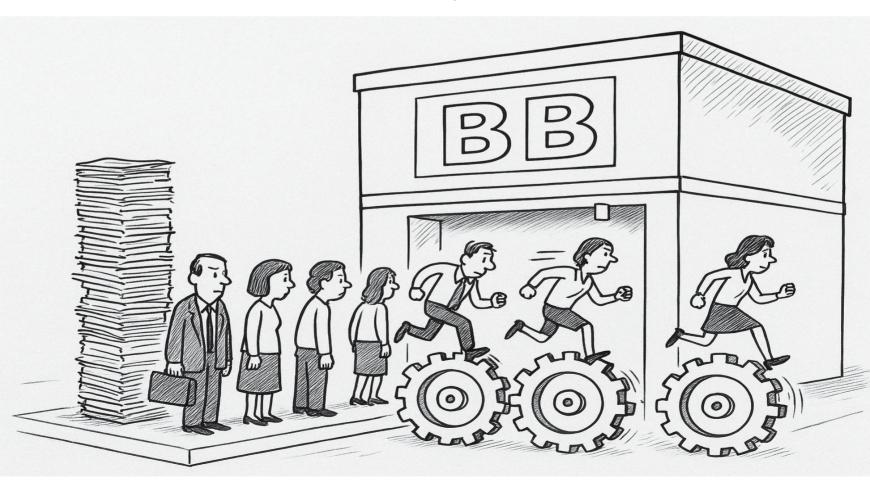
Página 4



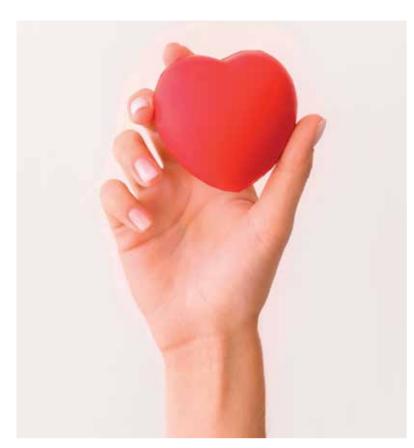
BANCO DO BRASIL

Máquina de fazer pressão

Os funcionários do BB realizam Dia Nacional de Luta, hoje, para denunciar as reestruturações sem diálogo, metas abusivas e aumento da jornada. A gestão prioriza resultados financeiros, ignora direitos históricos e adoece quem sustenta o banco. Página 3







Na Caixa, hoje é Dia D

Em Salvador, a ação acontece a partir das 10h, no Hemoba, HGE

ROSE LIMA imprensa@bancariosbahia.org.br

OS EMPREGADOS da Caixa realizam, hoje, uma mobilização que vai além das agências. É um ato de solidariedade e resistência. A campanha Doamos sangue pela vida, lutamos pelo Saúde Caixa une a doação coletiva de sangue à luta por um plano de saúde justo e sustentável para todos.

A ação nacional acontece em um momento decisivo, em que ainda não há nada aprovado coletivamente entre os empregados e, portanto, sem acordo firmado. A iniciativa é também um alerta: cuidar da saúde de quem cuida do Brasil é essencial. Por isso, a campanha reforça a necessidade de manter o plano acessível, com regras justas e a participação dos trabalhadores em todas as decisões.

Em Salvador, a ação ocorre no Hemoba, no HGE (Hospital Geral do Estado). A concentração é às 10h. A proposta é simples, mas poderosa: incentivar um gesto que salva vidas e lembrar que quem cuida do Brasil também precisa de cuidado.

A doação de sangue, além de essencial para milhares de pacientes em tratamentos e emergências, é um símbolo de solidariedade e responsabilidade social. Valores que os empregados da Caixa carregam consigo.

Sindicatos e outras entidades representativas apoiam a campanha e convocam todos que puderem a participar, seja doando sangue, divulgando a iniciativa ou fortalecendo o debate sobre o Saúde Caixa.

Jogo virou: taxar quem lucra com o vício

DEPOIS da atuação vergonhosa do Centrão e da extrema direita, liderada pela bancada bolsonarista, que derrubou a Medida Provisória do IOF no Congresso Nacional, um novo Projeto de Lei (PL 5076/2025), apresentado pelo deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), propõe elevar de 12% para 24% a tributação das plataformas de apostas esportivas.

A medida é uma resposta direta à sabotagem da oposição ao governo Lula, que preferiu proteger os lucros de bancos, grandes investidores e empresas de apostas, em vez de ampliar o financia-



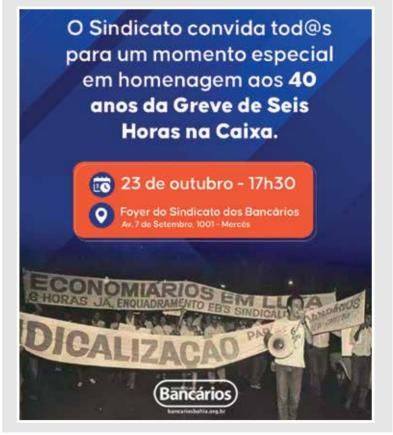
As bets precisam ser taxadas, logo

mento de políticas públicas.

Com a queda da MP, o país vai deixar de arrecadar cerca de R\$ 35 bilhões até 2027. A proposta do Ministério da Fazenda visava justamente garantir mais recursos para áreas essenciais como a saúde pública. O novo projeto retoma essa prioridade ao destinar parte da arrecadacão ao fortalecimento do SUS (Sistema Único de Saúde), um dos maiores alvos do desmonte promovido pelas gestões ultraliberais de Temer e Bolsonaro.

O avanço desenfreado das bets e a explosão de casos de ludopatia, que cresceram cerca de 300% entre 2022 e 2024, escancaram a necessidade de uma resposta política firme. Enquanto o capital aposta no vício e na desinformação para seguir lucrando, cresce o número de trabalhadores adoecidos e famílias destruídas por dívidas, ansiedade e depressão.





Hoje é de Dia Nacional de Luta

Mobilização denuncia reestruturações que aumentam a jornada

imprensa@bancariosbahia.org.br

HOJE, os funcionários do Banco do Brasil de todo o país participam do Dia Nacional de Luta, para denunciar uma série de mudanças na gestão da empresa que impactam diretamente as condições de trabalho, a saúde dos funcionários e o futuro do BB como banco público.

Entre os principais alvos da



mobilização estão as reestruturações recentes, implantadas sem diálogo, e que, na prática, ampliam a jornada de trabalho, aumentam a pressão por metas e enfraquecem direitos históricos da categoria.

Para o diretor jurídico do Sindicato dos Bancários da Bahia, Fábio Ledo, a postura do BB é inadmissível e contraditória. "No momento em que o próprio governo federal apoia o projeto que acaba com a escala 6x1, o BB promove uma reestruturação que, na prática, aumenta a jornada dos funcionários. Isso fere não só direitos trabalhistas, mas o próprio compromisso público da empresa."



Desde 2016, o banco tem adotado um modelo de gestão cada vez mais próximo do setor privado, priorizando resultados financeiros em detrimento do bem-estar dos trabalhadores. O processo se intensificou com o fechamento de agências, a redução de pessoal, mudanças na avaliação de desempenho e a terceirização de áreas estratégicas.

Além disso, há denúncias de práticas como a aplicação de notas baixas a quem não cumpre metas abusivas, ameaças de descomissionamento e desrespeito à jornada legal de 6 horas garantida pelo artigo 224 da CLT.

A mobilização nacional busca dar visibilidade a esses problemas e pressionar por um modelo de gestão mais justo, transparente e alinhado ao papel social que o Banco do Brasil deve cumprir.



Sindicato está na linha de frente contra gestões de assédio. Na defesa dos funcionários e dos bancos públicos

Trabalhadores no centro da economia

O NOVO salário mínimo de 2025, fixado em R\$ 1.518,00, é mais do que um reajuste de 7,5%. É um gesto político que reafirma a valorização do trabalho e a reconstrução de uma política que tinha sido deixada de lado. O aumento de R\$ 106,00 sobre o valor anterior superou a inflação e resgata a fórmula que vincula o aumento do piso à variação real do PIB (Produto Interno Bruto), devolvendo aos trabalhadores o protagonismo que sustenta o crescimento do país.

Mesmo com o novo teto de

2,5% para o crescimento das despesas públicas, o governo conseguiu garantir ganho real e equilíbrio nas contas. A atualização impacta diretamente mais de 25 milhões de aposentadorias e benefícios do INSS, movimenta o comércio e fortalece a arrecadação. Cada centavo do mínimo reajustado faz a economia girar, sustentando o poder de compra das famílias e devolvendo fôlego ao consumo interno.

O salário mínimo simboliza o pulso da democracia social. Reforça a ideia de um Estado que protege, distribui e reconhece o trabalho como pilar da dignidade. Em um país no qual

o piso define o destino de milhões, o reajuste é uma escolha por justiça e inclusão.



Política de valorização do salário mínino devolve ao trabalhador a autoestima e faz a economia girar, com o aumento do consumo

Obras na orla só com estudo ambiental

TJ proíbe construções sem análise de efeitos às praias da cidade

ITANA OLIVEIRA imprensa@bancariosbahia.org.br

A FAÇANHA do prefeito Bruno Reis (União Brasil - BA) em destruir o verde da cidade em prol da iniciativa privada ganhou um freio importante. Na semana passada, o TJ-BA (Tribunal de Justiça da Bahia) deferiu parcialmente um pedido de liminar para que Salvador não possa realizar novas construcões na orla sem estudar os efeitos que podem trazer às praias.

Com a decisão, a Prefeitura da capital está impedida de conceder novas licenças ou alvarás de construção em áreas da Borda Atlântica. A determinação vale para obras não iniciadas e em andamento, que terão de se adequar à nova regra.

Em 2023, o prefeito, especialista em vender o território so-

> teropolitano, desafetou 44 áreas de



Justiça da Bahia dá um freio à sanha de Bruno Reis

uso público, entre elas 17 áreas verdes, sendo a grande maioria litorâneas da cidade, fato que evidencia a urgência velada de discutir medidas de preservação do meio ambiente, que, aparentemente não é prioridade na atual gestão de



Rogaciano Medeiros

NOSSO PETRÓLEO Finalmente saiu a licença para a Petrobras prospectar petróleo na margem equatorial, na foz do rio Amazonas. Demorou até demais. É possível explorar as riquezas naturais sem comprometer o meio ambiente. Trata--se de uma reserva enorme, que trará muitos benefícios para o Brasil, o Amapá e todo Norte do país. Só não pode depois ser privatizada. Patrimônio invendável.

PAROU POR QUÊ? Motivos não faltam para os movimentos sociais retomarem a mobilização popular, inclusive para manter a pegada daquele grande ato público que enterrou a PEC da bandidagem. Só para citar três razões: o fim da escala 6x1, o arquivamento da anistia para golpistas, mais a taxação das bets e super-ricos. Como se diz na Bahia com os trios-elétricos, parou por quê?

QUEIMA NÃO O "jornalismo canalha" da Globo foi desenterrar tese de mestrado na qual o advogado-geral da União, Jorge Messias, dos mais cotados para substituir Barroso no STF, afirma que a Lava Jato criminalizou a política e a ação estatal, irresponsavelmente. Pura verdade. O objetivo é queimar a indicação, mas não vinga. O Brasil não esqueceu os crimes de Moro e Dallagnol.

BEM CREDENCIADO O fato de o advogado-geral da União, Jorge Messias, ter uma visão crítica da Lava Jato só faz o credenciar como excelente nome para o STF. Afinal, a operação cometeu os mais variados crimes contra o Brasil e os brasileiros, desde o atropelo ao devido processo legal e outras barbaridades jurídicas, até graves prejuízos à economia. Não em vão se desmilinguiu no Supremo.

É URGENTÍSSIMO As fortes chuvas que têm caído em Salvador, na Bahia, até no sertão e todo Nordeste, assim como o frio, desde setembro e por todo mês de outubro, épocas normalmente marcadas por sol e calor, reafirmam a necessidade de adoção, em caráter de urgência urgentíssima, de medidas para cuidar da questão climática, em nível global. É evidente a desregulação do clima.

Bolsa família é dignidade

A PRIMEIRA infância, que compreende os seis primeiros anos de vida, é determinante para o desenvolvimento humano. É nesse momento que o cérebro estabelece conexões fundamentais e o cuidado integral pode definir o futuro da criança. Prioridade absoluta na Constituição, a fase exige políticas públicas sólidas, capazes de enfrentar desigualdades e assegurar condições dignas desde o início da vida.

O Bolsa Família, frequentemente atacado pelas elites, é hoje uma das poucas ferramentas ca-

pazes de romper o ciclo de pobreza. Longe de ser apenas repasse financeiro, o programa representa proteção, equidade e reafirmação de que a infância não pode ser tratada como mercadoria.

Em setembro, o Benefício Primeira Infância alcançou 8,4 milhões de crianças com investimento de R\$ 1,19 bilhão, somando-se aos repasses a gestantes e nutrizes. O acompanhamento de saúde de 27 milhões de pessoas, incluindo 5,6 milhões de crianças, demonstra o poder de transformação de um Estado presente.



Benefício Primeira Infância alcançou 8,4 milhões de crianças em setembro